

VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

VALTER MOURA DO CARMO

FRANCIELLE BENINI AGNE TYBUSCH

GUSTAVO SANTIAGO TORRECILHA CANCIO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] organização

CONPEDI

Coordenadores: Francielle Benini Agne Tybusch; Gustavo Santiago Torrecilha Cancio; Valter Moura do Carmo – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-957-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental 3. sustentabilidade. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I

Apresentação

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de Trabalho de “Direito Ambiental, Sustentabilidade, Biodireito, Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental”, ocorrido no âmbito do VII Encontro Virtual do CONPEDI, realizado por meio de plataformas digitais, entre os dias 24 e 28 de junho de 2024, promovido pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI e que teve como temática central “A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade”.

Os trabalhos expostos e debatidos abordaram de forma geral distintas temáticas atinentes ao Direito Ambiental, ao Biodireito, aos Direitos dos Animais e ao Direito Agrário e Agroambiental, especialmente relacionadas aos principais desafios que permeiam a sustentabilidade e o equilíbrio do meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro.

João Lucas da Silva, mestrando da Universidade Federal do Oeste da Bahia, com o trabalho “A eficácia do Direito Penal Ambiental na proteção do meio ambiente e dos direitos socioambientais” discorre sobre a possibilidade do Direito Penal Ambiental funcionar como um mecanismo eficaz de dissuasão para a ocorrência de crimes ambientais futuros e a proteção das comunidades afetadas pelos crimes ambientais.

Izadora de Sales Marcks Cardoso, de Santa Maria/RS, na sua pesquisa “A humanização no processo da morte: um estudo comparado do tema no ordenamento jurídico brasileiro x canadense” apresenta uma análise comparativa sobre a legalização das práticas de eutanásia e de suicídio assistido, considerando a conjuntura econômica, social e política do Brasil e do Canadá.

Larissa Saraiva Amador, bacharela pela Universidade Católica de Santos/SP, apresentou o pôster intitulado “A influência da indústria da moda e o desafio da sustentabilidade: repensando o modelo de produção fast fashion”, no qual investiga sobre a sustentabilidade ambiental e a ética da indústria da moda com foco no modelo de produção denominado fast fashion.

Áurea Helenas Santos Duarte e Thaís Campos Gomes, da Universidade Federal do Pará, no trabalho “A participação das mulheres nas políticas de salvaguardas socioambientais de

REDD+ no estado do Pará” analisam de que maneira a participação feminina é incorporada nas políticas ambientais e quais os indicadores e riscos apresentados quanto à restrição da participação das mulheres na elaboração de políticas e projetos socioambientais no estado do Pará.

Jonhanny Mariel Leal Fraga, mestranda da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, em “Alterações climáticas e seus impactos junto aos povos e sociedades tradicionais em regiões de fronteira” trata sobre as dimensões e os impactos que as alterações climáticas influenciam nos povos tradicionais nas cidades de São Borja/RS no Brasil e Santo Tomé na Argentina.

Enéas Cardoso Neto, mestrando da Universidade Federal do Oeste da Bahia, abordou a “Desapropriação de áreas particulares com a finalidade de conversão em unidades de conservação”. A pesquisa verifica se é possível a utilização do instituto jurídico da desapropriação visando o interesse público e/ou função socioambiental da propriedade para a conversão em unidades de conservação previstas na Lei n. 9.985/2000.

Bruno Santos Neves, mestrando da Universidade Católica de Salvador, em “Autonomia e doação de órgãos post mortem no Brasil: uma análise biojurídica face à condição de autorização da família” enfrenta as discussões acerca da possibilidade de manutenção do desejo de doar do de cujus quando da observância do Código Civil como lei geral.

Ana Beatriz de Sousa Vittone, acadêmica da Universidade do Estado do Amazonas, trouxe a temática dos “Conflitos socioambientais e direitos indígenas: o caso dos waimiri-atroari na construção da hidrelétrica de Balbina e os desafios jurídicos para a proteção de seu território e modo de vida” em que enfoca os impactos socioambientais causados pela construção da mencionada hidrelétrica no Município de Presidente Figueiredo/AM.

Ana Clara da Costa Rufino, discente da Universidade Federal do Pará, em “Desafios legais na implementação de projetos de carbono na Amazônia: o caso dos projetos de carbono em Portel/PA” visa elucidar quais as principais irregularidades e desconformidades legais associadas à implementação de projetos de carbono na região amazônica.

Maria Luiza do Carmo Weyl Costa, da Universidade Federal do Pará, apresentou o pôster: “Financiamento climático como estímulo à governança local na proteção das populações e comunidades tradicionais amazônicas”. A análise da pesquisa versa sobre a relação entre o financiamento climático e a governança local com populações e comunidades tradicionais como aliados ou empecilhos para mitigação das mudanças climáticas na Amazônia.

Lucas de Quadros Alves Lopes, bacharel da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA,

apresentou a pesquisa: “Direito fundamental ao saneamento básico: um estudo de caso no Município de São Borja à luz da dignidade humana”. O texto versa sobre o dimensionamento da (in)efetividade das políticas e dos instrumentos regulatórios do direito fundamental social ao saneamento.

Antoninho Penariol Netto, da Faculdade de Direito de Franca/SP, apresentou o pôster intitulado: “Luta pela democratização da terra no Brasil: legalidade e legitimidade das ocupações do MST”. A investigação permeia a compreensão da natureza das ocupações do MST e seu papel na inclusão social e na redução da desigualdade agrária no país.

Beatriz Silva Bastos, da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB de Campo Grande/MS, em “Patrimônio e turismo cultural com vistas à rota bioceânica com foco no Mato Grosso do Sul – Brasil” lida sobre a influência da implementação da rota bioceânica no turismo cultural que permeia a estrutura do povo sul mato-grossense.

Considerando todas essas relevantes temáticas socioambientais, não pode ser outro senão de satisfação o sentimento que nós coordenadores temos ao apresentar a presente obra. É necessário, igualmente, agradecer aos pesquisadores que estiveram envolvidos tanto na confecção dos trabalhos quanto nos debates proporcionados neste Grupo de Trabalho. Por fim, fica o reconhecimento ao CONPEDI pela organização e realização de mais um relevante evento virtual.

A expectativa é de que esta obra possa contribuir com a compreensão dos problemas do cenário contemporâneo brasileiro por meio do olhar da sustentabilidade, com a esperança de que as leituras dessas pesquisas ajudem na reflexão do atual caminhar do Direito Ambiental, Biodireito, Direitos dos Animais e Direito Agrário e Agroambiental.

Francielle Benini Agne Tybusch

Gustavo Santiago Torrecilha Cancio

Valter Moura do Carmo

DESAFIOS LEGAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE CARBONO NA AMAZÔNIA: O CASO DOS PROJETOS DE CARBONO EM PORTEL-PARÁ.

Lise Tupiassu¹
Ana Clara Da Costa Rufino
Ana Beatriz Freitas Silva

Resumo

Introdução: O Mercado de Carbono é objeto central nas discussões em conferências, fóruns e encontros internacionais que versam sobre as mudanças climáticas, tendo em vista a necessidade da transição para uma economia mais sustentável, de baixo carbono, sob a égide de garantir a manutenção da qualidade de vida planetária para futuras gerações. Nesse viés, surge a criação e implementação de estratégias e métodos eficazes que reduzam a emissão de gases de efeito estufa (GEE), tais como os créditos de carbono, no âmbito dos Pagamentos por Serviços Ambientais (Vargas et al, 2021). Nesse cenário, a Amazônia projeta-se como território estratégico para a geração/produção de créditos de carbono a nível internacional, além de ser uma potência em sustentabilidade. Atualmente, mesmo sem regulamentação, há diversos projetos em andamento no estado do Pará que buscam gerar créditos na região amazônica. Contudo, a maioria desses projetos enfrentam desafios em relação à eficiência ambiental e à justiça socioambiental (Nusdeo, 2012). Há denúncias de irregularidades no que cinge a violação territorial das comunidades locais e desrespeito à Consulta Livre Prévia e Informada. A pesquisa em comento utiliza como objeto de estudo os projetos de Redução do Desmatamento e Degradação Ambiental (REDD+) (Pagiola, 2012), em andamento no município de Portel, haja vista que tais projetos já geraram milhões de toneladas de créditos que foram comercializados para diversas empresas internacionais.

Problema de pesquisa: A presente pesquisa visa elucidar quais as principais irregularidades e desconformidades legais associadas à implementação de projetos de carbono na região amazônica, verificando sua influência na atividade de mercado de voluntário de carbono na região

Objetivo: Apresentar possíveis irregularidades e desconformidades legais, relacionadas a projetos de carbono, demonstrando como estas tem afetado as atividades do mercado voluntário, com base no caso dos Projetos de Carbono região de Portel/PA.

Método: A pesquisa adota uma abordagem exploratória, baseada no método dedutivo, a partir do estudo de caso dos projetos de REDD+ em andamento no município de Portel/PA. As técnicas de pesquisa utilizadas foram o levantamento bibliográfico, incluindo estudos científicos, legislação ambiental pertinente, documentos judiciais e processuais, sites oficiais e bases de dados específicas relacionadas à implementação de projetos de carbono na região

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

amazônica.

Resultados alcançados: As principais irregularidades e desconformidades legais associadas à implementação dos projetos incluem supostas irregularidades nas matrículas imobiliárias e nos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), uma vez que há justaposição entre os projetos privados de REDD+ e os PEAX (Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista) território coletivo, em um suposto esquema de prática da grilagem de terras públicas. Sobre isso, foram protocoladas quatro Ações Civas Públicas pela Defensoria Pública do Estado do Pará, cujo objeto comum cinge-se à questão fundiária.

Verificou-se , ainda, que as comunidades dos assentamento não conheciam qualquer atividade de projetos de carbono em ocorrência em seus territórios, nem a natureza do mercado de carbono, nem as implicações contratuais de acordos entre empresas e comunidade para a implementação dos projetos. Houve desrespeito à Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI) e, conseqüentemente, violação ao direito de autodeterminação dos povos e comunidade tradicionais, consagrado no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT. Portanto, há em curso a cooptação dos povos da floresta para assinarem contratos de geração de créditos que desconhecem e sem que possam protagonizar a gestão dos recursos naturais em seus próprios territórios. Não houve, também, a repartição justa dos benefícios oriundos dos projetos em prol das comunidades. Outrossim, resta evidente a problemática do conflito fundiário da região amazônica, que influencia diretamente as políticas voltadas à preservação socioambiental e precisa ser observados para a justa implementação de projetos de REDD+. Por fim, a metodologia de aprovação e autorização dos créditos gerados pela VERRA, certificadora internacional, pode ser questionada, por não atentar-se à legislação brasileira, e às características singulares da região amazônica, como as políticas e os conflitos fundiários, o modo de vida das comunidades e as possibilidades de retorno útil e eficaz aos povos que provem serviços ambientais.

Palavras-chave: Mercado de Carbono, REDD+, Povos e Comunidades Tradicionais, Consulta Livre, Prévia e Informada

Referências

Defensoria Pública Do Estado Do Pará X Brazil Agfor Llc; Michael Edward Greene; Jonas Akila Morioka; Amigos Dos Ribeirinhos Assessoria Ambiental Eireli, ; A Associação Dos Ribeirinhos E Moradores,; Blb Florestal Preservação No Brasil Ltda; Município De Portel. Tribunal De Justiça Do Estado Do Pará. Processo Nº 0806505-59.2023.8.14.0015. Petição Inicial De 20/07/2023. Castanhal, Pará, Brasil. Disponível em: https://climatecasechart.com/wp-content/uploads/non-us-case-documents/2023/20230720_Public-Civil-Action-ACP-0806505-59.2023.8.14.0015-_petition.pdf. Acesso em 29 abr. 2024.

Nusdeo, Ana Maria. Pagamentos Por Serviços Ambientais: Sustentabilidade E Disciplina Jurídica. São Paulo: Atlas, 2012.

Pagiola, Stefano. Using Pes To Implement Redd+. World Bank. Latin America And Caribbean Sustainable Development Department. Washington Dc, Usa, 2011. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/540231468325271699/Pdf/862730nwp0pesl00box385172b00public0.Pdf>. Acesso em: 29 Abr. 2024.

Vargas, Daniel Barcelos; Delazeri, Linda Márcia Mendes; Ferreira, Vinicius Hector Pires. Mercado De Carbono Voluntário No Brasil: Na Realidade E Na Prática. Observatório De Bioeconomia. Fundação Gentúlio Vargas, 2021. Disponível em: <https://agro.fgv.br/publicacao/ocbio-mercado-de-carbono-voluntario-no-brasil-na-realidade-e-na-pratica>. Acesso em: 29 Abr. 2024.